

Expediente

Identidade!

Boletim do Grupo de Negr@s da EST/IECLB

Vol. 07, janeiro-junho/2005

Apoio: Federação Luterana Mundial – FLM

Periodicidade: Semestral

Tiragem: 2.000 exemplares

Revisão: Luís M. Sander

Diagramação e impressão: Con-Texto Gráfica e Editora

Capa: Imagens de Moçambique/África - Valdemar Schultz

Coordenação geral: Selenir C. Gonçalves Kronbauer

Responsável por este número: Romão Capossa

Endereço para contato: Boletim Identidade

Escola Superior de Teologia

Caixa Postal 14 – Tel. 590-1455 – CEP 93001-970 – São Leopoldo – RS

E-mail: identidade@est.com.br – Sites: www.est.com.br

Obs.: São de total responsabilidade dos autores os textos por eles escritos.



IECLB



Fundação Luterana do Brasil

Aceita-se permuta :: Exchange is requested :: Wir bitten um Austausch :: Pídesse canje

Editorial

Com o propósito de contribuir na formação de lideranças das igrejas, dos movimentos populares e da área educacional nas questões da Negritude, o Grupo Identidade da EST lança o primeiro boletim de 2005, trazendo uma reflexão sobre alguns aspectos da História da África, tema que hoje vem sendo muito discutido em vários espaços.

O Grupo Identidade tem realizado pesquisas em história e religião negra desde 1995, sob a liderança de seu fundador, o Professor Dr. Peter Theodore Nash, norte-americano, que permaneceu na coordenação do Grupo até o final do primeiro semestre de 2003. A partir do segundo semestre de 2003, a Professora Dra. Maricel M. López, colombiana, assumiu a coordenação dos trabalhos do Grupo até o final do ano de 2004. Em 2005, a Professora Ms. Selenir

C. Gonçalves Kronbauer, brasileira, assume a coordenação do Grupo Identidade, dando continuidade ao trabalho das coordenações anteriores e inovando com a proposta de inserir a área da Educação num diálogo com a Teologia, em especial, a partir das exigências Lei 10.639/2003.

No presente momento, o Brasil passa por um importante processo de mudança que poderá permitir à Comunidade Negra ganhar acesso e espaços em diferentes segmentos da sociedade. É por isso mesmo que do trabalho do Grupo Identidade poderão surgir contribuições significativas para ampliar e fundamentar as discussões acerca do tema, não apenas na Teologia, mas também na Educação e em outras áreas do conhecimento.

*Prof.a Ms. Selenir C. Gonçalves Kronbauer
Coord. do Grupo Identidade da EST*

Apresentação

“Estamos chegando do fundo da terra,
estamos chegando do ventre da noite,
da carne do açoite nós somos,
viemos lembrar [...].

Estamos chegando do alto dos morros,
estamos chegando da lei da Baixada,
das covas sem nome chegamos
viemos clamar”.

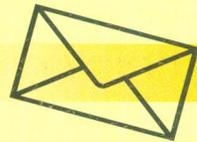
Com esses versos de Milton Nascimento, Pedro Casaldálgua e Pedro Tierra, extraídos do cântico número 2 da Missa dos Quilombos como forma de resistência contra o trabalho escravo 300 anos depois, quero também dizer a você, leitor do Boletim Identidade, que estamos trazendo a memória de alguns aspectos historiográficos da África nessa edição que chegou às suas mãos.

O artigo de Pedro Acosta Leyva quer ser uma plataforma, dando uma base firme, sólida, para uma frutuosa reflexão sobre questões historiográficas. Colocada esta base, você vai ter a ocasião de saber algumas conseqüências trazidas pela Conferência de Berlim que devem estar presentes quando se faz uma leitura sobre questões africanas hoje, como diz Romão Capossa. Enquanto isso, Pedro Ventura nos dá a oportunidade de perceber os rasgos marcantes da história Da religião em

Angola no período da independência. Em seguida, Sílvia Barbosa nos oferece uma reflexão da líder Zeferina, que, “inconformada com a exclusão social de seu povo e entusiasmada pelo poder de herança da ancestralidade, pelo conhecimento de raiz da cultura matrilinear angolana, pelo profundo conhecimento histórico da resistência da rainha Nzinga Mbandi e pela tradição de quilombolas e guerreiras, viveu e lutou pelo sonho de liberdade no Quilombo do Urubu subúrbio baiano, no século XIX”.

Porque estamos conscientes de quanto você gostaria de saber mais sobre a África, quem sabe, você tem o direito de nos dizer o que gostaria de ler e refletir nas edições que virão. Desde já, desejamos a você uma frutuosa leitura. E esperamos também que nos mande seu parecer sobre o nosso Boletim.

Romão Capossa
Responsável Editorial

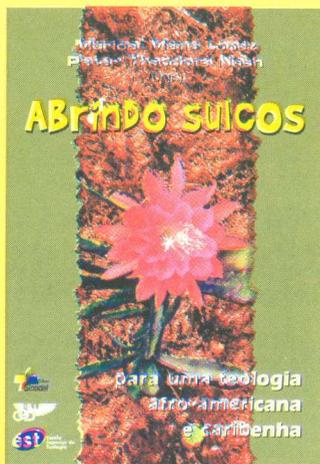


Caro/a leitor/a,

Agradecemos às pessoas que nos enviaram mensagens, em especial, aos/às alunos/as e professores da Faculdade Luterana de

Teologia FLT, de São Bento do Sul/SC, e demais leitores/as que prestigiam o boletim. Continuem nos enviando correspondências com pareceres e sugestões.

*Selenir C. Gonçalves
Kronbauer*



Informações:

Editora Sinodal

Tel.: (51) 590-2366

CEBI - Tel. (51) 568-2560

EST - Tel.: (51) 590-1455



Informações:

CEBI - Tel. (51) 568-2560

EST - Tel.: (51) 590-1455



Na imensidão das culturas,
Eu, o buraco negro,
absorvi todas as energias
que me formam e deformam.

Introdução

A partir da chegada de Peter Nash, em 1995, à América Latina, se produziu uma nova visão para a leitura da Bíblia. Ele propôs quatro chaves para encontrar os africanos em sua relação com Deus nas Escrituras, a saber, a leitura espacial-geográfica, teológica, mitológica e a revisão das genealogias. Isto trouxe como consequência a descoberta na Bíblia de vários personagens africanos e, inclusive, de tribos afrodescendentes, como é o caso das tribos de Efraim e Manassés. Ao amadurecer a pesquisa dentro do grupo *Identidade* (grupo negro fundado por Nash), a questão tomou um novo impulso. Nash perguntava sobre o negro ou africano na Bíblia; agora as perguntas são: quais são os brancos ou europeus na Bíblia? Será que os autores da Bíblia utilizaram um modelo afro/negro de fazer história? Será possível determinar

as diferentes tradições africanas na Bíblia? Nestes apontamentos, adiro à leitura inicial de Nash para perceber os africanos no Novo Testamento. Num segundo momento vou fazer algumas observações sobre os episódios e lideranças em terras africanas que tiveram grande repercussão para o desenvolvimento da Igreja cristã.

Antes de realizar os apontamentos histórico-bíblicos, acho que é importante fazer três esclarecimentos: primeiro, entendo que é muita ignorância pensar que entre a África e a Europa havia um grande abismo, pois pelo estreito de Gibraltar se pode praticamente passar de um continente a outro nadando; ademais já em tempos apostólicos os navios levaram 9 dias de Pozzuoli, na Itália, a Alexandria, na África, 6 dias da Sicília até Alexandria e 2 dias da África a Ôstia². Em segundo lugar, quando escrevemos sobre as

contribuições da igreja cristã na África e sobre os africanos, não o fazemos com chauvinismo, porque assim como na África podemos citar mulheres mártires da fé, tais como Perpétua e Felicidade, na cidade de Cartago por volta de 203, também na Europa e na Ásia existiram outras. Em terceiro lugar, faço este aporte sob a perspectiva da negritude. Entendendo negritude não só como experiência de vida, e sim em sua dimensão de aparato hermenêutico; isto é, em sua complexidade de análise de *classe, de luta contra o racismo e de identidade*, onde *identidade* se traduz em *história, cultura e religião*³. Também estou ciente de minha condição de pobre e de cristão, e ainda de estrangeiro no segundo país mais negro do mundo, o Brasil. Deste modo, o que escrevo, o faço sob o lema da *Carta a Diogneto*, escrita na Alexandria/África por volta do ano 200: “*toda terra estrangeira é minha pátria e toda pátria, uma terra estrangeira*”

1. África e africanos na igreja do Novo Testamento

Mais que tentar buscar o primeiro e o último africano no Novo Testamento, acho que é de maior importância examinar a participação dos africanos nos momentos cruciais e determinantes da vida de Jesus Cristo e da igreja Incipiente. No NT encontramos uma lista gigantesca de africanos e de cidades da África, especialmente nos livros de Lucas, tanto no Evangelho quanto nos Atos. Cito alguns textos: em At 6.9 aparecem duas cidades africanas: “Cirene e Alexandria”; em At 7, o Egito é mencionado 15 vezes; At 8 narra a história de um africano etíope; At 11.20

declara que os primeiros a pregar aos “gregos” foram os cristãos africanos da cidade de Cirene; At 13.1 afirma que entre os mestres e profetas da igreja de Antioquia estavam “Simeão chamado o negro, Lúcio [da cidade africana] de Cirene”; At 18. 24-25 fala de um judeu africano “eloqüente e versado nas Escrituras” da cidade de Alexandria; em At 21. 38, o tribuno (isto é, um militar europeu do exército romano) não enxergava diferenças entre o apóstolo Paulo e um egípcio. É extensa a lista de africanos, e a análise demanda muito espaço; portanto, vamos ficar com os três momentos mais importantes e combiná-los com o tempo litúrgico-celebrativo da igreja cristã atual.

A) Ao nascer Jesus Cristo, o evento que celebramos e denominamos *NATAL*, encontramos pelo menos dois aspectos africanos. Primeiro, os reis-sábios de que fala Mateus 2.1-12, dos quais a tradição sempre aceitou que um deles, Gaspar, era africano. Também os comentaristas bíblicos asseguram que os presentes oferecidos ao menino Jesus eram de origem afro-asiáticas. Muitos esquecem, mas deve-se considerar que a fuga do menino Jesus para o Egito, em Mateus 2. 13-15, é parte do relato de Natal.

B) A *Semana Santa*, segunda festa mais importante para o cristianismo, a qual relembra a paixão, morte e ressurreição do Senhor. Segundo Lucas 23.26, um africano chamado Simão de Cirene estava ajudando o Senhor a carregar a cruz. Por que será que nossos curas, padres e pastores olvidam este fato?

C) Outra festa de grande importância é a de *Pentecostes*, que está

descrita em Atos 2. Ali as protagonistas foram pessoas que falavam sobre as maravilhas de Deus em diferentes línguas. Segundo a maioria dos comentaristas bíblicos, os países e cidades mencionados (Atos 2.9) representam os lugares onde, já no tempo em que foram escritos os Atos, existiam comunidades cristãs. Observe que a maioria das cidades registradas são asiáticas, uma cidade européia (Roma) e duas cidades/países africanos: Egito e a região da Líbia vizinha de Cirene.

2. Os africanos impulsionam a igreja primitiva até o século IV

Como neste espaço é impossível fazer uma descrição abrangente do que aconteceu na igreja cristã na África em quatro séculos, tentaremos olhar numa perspectiva panorâmica os principais impulsos de algumas das lideranças e alguns fatos que entendemos de grande relevância. Vamos lembrar que é imenso o inventário de santos e fiéis homens e mulheres de Deus na África, tais como: Agripino de Cartago (150-220), Cipriano de Cartago (200-250), Clemente de Alexandria (+ 215), Cirilo de Alexandria (+ 444), Santa Mônica, outras e Santo Agostinho de Hipona (354-430) – o mais ilustre de todos os Pais de fala latina. Agostinho não só é brilhante como cristão, mas também como filósofo e educador. Escreveu 200 cartas, 500 sermões e 300 tratados. Talvez a próxima geração de educadores afrodescendentes tenha que apropriar-se das pistas metodológicas que ele apresenta no livro *A instrução dos catecúmenos*: teoria e prática da catequese. Então, já que é impossível uma história, por enquanto,

vamos fixar nossa atenção em três filhos cristãos da África e na origem do monaquismo cristão.

Tertuliano, africano da cidade de Cartago (160- 220), foi o primeiro teólogo cristão que fez teologia em língua latina. Tinha uma capacidade lúdica expressiva, ao ponto de iniciar seu tratado sobre a paciência dizendo: “Confesso-o diante do Senhor Deus: há de minha parte certa temeridade, se não for mesmo descaramento, em correr o risco de escrever sobre a paciência”⁴; e, em seu livro *Sobre a coroa*, tira sarro dos covardes dizendo: “Do Evangelho eles só guardam a frase: *fugi de cidade em cidade*”⁵. O jeito africano de fazer as coisas e produzir as idéias, por mais sérias que sejam, nunca esquece que a vida humana possui o elemento celebrativo. Ele defendeu a doutrina cristã contra a sabedoria agnóstica grega, em seu livro *Contra Marcião*, e enquanto outros pais da igreja se contentavam em suportar os golpes do Império Romano, ele passa firmemente, em seu livro *Apologeticum*, a exigir direitos – porque nossa cultura não é de obediência, mas de resistência digna.

Orígenes (africano alexandrino, 185-253) foi o primeiro de sete filhos de um casal cristão. Aos 17 anos de idade os verdugos do Império Romano mataram seu pai, Leônidas, e confiscaram seus bens. Ele passou sua juventude como os jovens afrodescendentes da atualidade, isto é: sem pai, sem bens! Mas as dificuldades não foram grande impedimento para dedicar-se fielmente aos serviços do Reino de Deus. Ainda na juventude conduziu a escola catequética e escreveu *Os primeiros princípios*, o

mais antigo manual cristão de teologia dogmática de que se tem notícia. Orígenes escreveu, aliás ditou, umas 2 mil obras, entre elas a *Hexapla* (ou Bíblia sêxtupla). *Hexapla* era uma Bíblia escrita em seis colunas, a saber, uma em hebraico e cinco versões gregas. Isto mostra sua seriedade perante a Bíblia como Palavra de Deus e sua capacidade científica e poliglota.

Atanásio de Alexandria (299-373) nasceu numa aldeia pobre do Egito, na margem do Nilo, falava o copta, e é reconhecido pelo grande historiador Justo L. González como “de pele escura como a dos coptas”⁶. Ao morrer, em 328, Alexander, o bispo de Alexandria, Atanásio foi eleito bispo. Num sínodo, em 335, na cidade de Jerusalém, onde o imperador estava presente, Atanásio e 50 bispos egípcios não foram escutados. Mais tarde o imperador exilou Atanásio, porque este havia detido as remessas de trigo que eram sugadas de Alexandria para Constantinopla. Que pena! Alguns de nós ainda não aprendemos a lição; acordemos! Os imperadores não têm interesse em nos escutar. Durante o ano 340, Atanásio esteve em Roma. O papa Júlio I, naquele período, aproveitou a permanência de Atanásio para ganhar o Ocidente para Credo Niceno. Devido a este fato, Atanásio, foi reconhecido como “pai da fé ortodoxa do Cristo”.

O *monaquismo* cristão nasceu e se fortaleceu no deserto do Egito com Antônio (250-356), Pacômio (286-?) e Maria, irmã de Pacômio. Antonio nasceu na margem do rio Nilo -como Moisés -era filho de agricultores medianamente abastados, mas ainda jovem ficou órfão.

Pouco tempo depois da morte dos pais, ao escutar o texto de Mateus 19.21: “Vende os teus bens, dá aos pobres, e terás um tesouro no céu”, converteu-se a Jesus Cristo, obedeceu a palavra do Evangelho de Mateus e dedicou-se, santa e piedosamente, à vida monástica. Ele só sabia falar a língua dos egípcios, o copta, a qual usou com grande eloquência para animar os cristãos de Alexandria a permanecerem na fé em meio à perseguição imperial e para proclamar a divindade de Jesus perante os arianos. Assim Antônio, aquele africano-egípcio do deserto, não era alguém fugindo da responsabilidade, e sim um homem de fé autêntica e de testemunho comprometido com o próximo e com Cristo. Por sua parte, Pacômio e Maria também eram africanos, exatamente do sul do Egito. Pacômio teve o infortúnio de ser obrigado a servir no exército. Em um dia de tristeza por estar fazendo algo de que não gostava, alguns cristãos que também haviam sido forçados à vida militar o consolaram, e ele prometeu que assim que conseguisse sair do exército serviria ao Senhor e ao próximo todos os dias de sua vida. Passado um tempo, de forma inesperada foi libertado do exército e, como havia prometido, cumpriu sua promessa. Pacômio e sua irmã Maria, segundo a maioria dos historiadores, são os fundadores da vida monástica em grupo, isto é “vida comum”. Antes deles os monges e monjas ficavam sozinhos. Diz-se que Pacômio fundou nove mosteiros, cada um deles com centenas de monges. Maria estabeleceu várias comunidades de monjas. Em épocas anteriores ao século

IV, no deserto do Egito o berço do monaquismo, estima-se que o número de monges foi de 10 mil e de monjas 20 mil⁷.

3. Por que a África não continuou sendo um dos grandes centros do cristianismo?

Para esta pergunta existem muitas repostas, mas vou mencionar as sucessivas invasões e dominações estrangeiras. O primeiro problema pelo qual África não é um grande centro histórico do cristianismo após o século IV, o encontramos em brigas sociopolíticas mascaradas com argumentos teológicos donatistas que se desenvolveram na África do norte entre a África Proconsular, que tinha por capital Cartago, e as regiões exploradas da Numídia e Mauritânia. As elites de Cartago, de fala latina, língua imperial, sugavam as riquezas produtivas da agricultura e da pecuária e ademais impunham grandes tributos e impostos aos numídios e mauritanos. As brigas foram aumentando e tomando várias formas, até que alguns núcleos donatistas, que ao que parece eram explorados, se organizaram sob o nome de *circunceliões*, da palavra latina *circumcellas*, que significa “ao redor das capelas ou dos armazéns”. Este núcleo de cristãos donatistas chegou às proximidades das cidades, fazendo o comércio debilitar-se, e o crédito sofreu muito. Alguns deles, em resposta política e religiosa, suicidaram-se em massa para se tornarem mártires. Ao debilitarem-se os aspectos econômicos e sociais, também diminuiu a capacidade da igreja⁸. Entre 477 e 480 os vândalos (grupo de tribos alemão-polonês), sob seu rei Hunerico,

invadiu e dominou o norte da África, devastando-a e confiscando os bens da igreja. Tanto o imperador romano quanto os reis vândalos apoiaram os cristãos arianos. Por último, em 666 os árabes, às ordens de Uqba bem Nafi, chegaram a Cartago e fundaram a primeira mesquita muçulmana do Ocidente. Em 698, Musa bem Nusayr conquistou a África do norte definitivamente, e a igreja cristã foi quase apagada da África. Insistimos em usar a expressão “quase apagada” porque as igrejas africanas anteriores à conquista árabe ainda existem. Na atualidade há 4.000.000 de fiéis na Igreja Copta Ortodoxa e 14.000.000 na Igreja Ortodoxa da Etiópia⁹.

4. Conclusão

Esta breve visão geral das contribuições da África no transcurso da história da Igreja cristã constitui uma caricatura da realidade. A Igreja não é somente Pacômio, Maria irmã de Pacômio e Antonio, que iniciaram o monaquismo cristão, ou um Tertuliano, que foi o primeiro a fazer teologia no latim, e ainda um Orígenes, que escreveu o mais antigo manual cristão de teologia dogmática de que se tem notícia. A Igreja na África é mais que essas pessoas proeminentes, porque falar dos aportes de uma forma exaustiva nos leva a uma análise inesgotável dos povos envolvidos. Imaginemos qual foi o alcance da igreja na África em vista do fato de que na “Conferência de Cartago”, no ano 411, participaram 565 bispos. Você faz idéia de quantos presbíteros e pastores locais haveria? Mas como quantidade não significa tudo, pensemos por alguns

instantes na força da igreja africana, que nos anos 419 e 422 enviou duas delegações para discutir com o imperador e exigir o fim do comércio de escravos e de crianças, que naqueles dias desatava-se. Assim, nossa proposta foi de ordem ilustrativa e um incentivo-convocação aos intelectuais afrodescendentes a pesquisarem as grandes riquezas ocultas na tradição cristã africana. Os irmãos e as irmãs leigos e leigas das comunidades, também os e as convocamos, por meio deste artigo ilustrativo, a perguntar aos obreiros em geral, pastoras e padres, onde ficou o Gaspar negro, cuja presença era costumeira no presépio do Natal. É direito das e dos cristãos cobrarem que as lideranças não falem somente da herança cristã europeia, mas também incluam os aportes das ricas tradições cristãs da África e da Ásia. Finalmente, quero terminar com uma oração: Deus da Vida, abre o coração de meus colegas pastores e pastoras, padres e freiras para que possam, perante teus filhos e tuas filhas de origem africana, refletir na oração de Jesus Cristo: ‘Para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti’ (Jo. 17:21).

Referências Bibliográficas

ACOSTA LEYVA, Pedro. *Historiografía afro/negra: una aproximación a un concepto de historia a partir de las Consultas Internacionales de Teología Negra efectuadas 1985, 1994, 2003*. São Leopoldo: EST, Dissertação, 2005. [inérita].

COMBY, Jean. *Para ler a história da Igreja I: Das origens ao Século XV*. São Paulo: Loyola, 1993.

BOSCH NAVARRO, Juan . *Para compreender o Ecumenismo*. São Paulo: Loyola, 1995.

GONZÁLEZ, Justo L. *A era dos gigantes*. São Paulo: Vida Nova, 1980.

HAMMAN, A. *Os padres da Igreja*. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 1980.

Revista *Concilium*, n. 239, 1992/1: Número especial sobre o Sínodo Africano.

<http://es.wikipedia.org/wiki/v%C3%alndalo>. Consultado em 27-03-2005.

www.almdron.com/historia/invasión-arabe_11.htm. Consultado em 28-03-2005.

Notas

- 1 Pedro Acosta Leyva, teólogo afrodescendente cubano. Formou-se no Seminário Evangélico de Teologia de Matanzas/Cuba, fez mestrado no IEPG em São Leopoldo/Brasil. É membro do grupo *Identidade* e realiza estudos de doutorado no IEPG. E-mail: leyvapal@yahoo.com.br
- 2 Jean COMBY, *Para ler a história da Igreja I*, p. 25.
- 3 Mais informações sobre o instrumental da hermenêutica negra, cf. Pedro ACOSTA LEYVA, *Historiografía afro/negra*.
- 4 Jacques LIÉBAERT, *Os padres da Igreja*, p. 75.
- 5 A. HAMMAN, *Os padres da Igreja*, p. 59.
- 6 Justo L. GONZÁLEZ, *A era dos gigantes*, p. 113.
- 7 Cf. *ibid*, p. 57-72.
- 8 Cf. *ibid*, p. 85.
- 9 Cf. Juan BOSCH NAVARRO, *Para compreender o Ecumenismo*, p. 64.



Introdução

O título deste artigo pode trazer muitas interrogações sobretudo quando se fala da Conferência de Berlim. Na verdade, Berlim já acolheu muitas conferências ao longo da história para debater assuntos importantes de interesse de toda a humanidade ou de interesses bem particulares. Exemplos de algumas conferências:² A 1ª Conferência Internacional sobre Leprosos de 1897; a Conferência de Berlim sobre Cidades Sustentáveis, organizada pela OECD e pelo governo alemão no período de 19 a 21 de março de 1996, onde foi adotada uma declaração por aclamação; Berlim preparou a Conferência Internacional sobre Clonagem Humana em 10/01/2003; a Conferência Islâmica em Berlim, em setembro de 2004. E o site www.tamandare.g12.br/Aulafrica/africa_antes_da_conferencia_de_b.htm, acessado no dia 26 de janeiro de 2005,

apresentou a existência de cerca de 22.800 itens sobre “Conferência de Berlim”. Mas esse pequeno artigo quer refletir sobre a Conferência de 1884-1885, que culminou com a partilha da África por potências colonizadoras, para evitar conflitos entre elas.

Ora, mais do que falar sobre a conferência como tal, quero apenas apontar algumas situações que a África vive hoje como fruto amargo dessa conferência, ou seja, algumas conseqüências dessa conferência. Uma reflexão neste sentido pode ser uma contribuição para uma tomada de consciência da origem de muitos dos problemas vividos hoje na África. Fazendo isso, dá-se um passo em frente: passa-se da simples constatação das conseqüências para as causas das mesmas. Encontrar a raiz do(s) problema(s) dá segurança, é a condição *sine qua non* para o início de uma tentativa de possibilidade de dar o primeiro de muitos passos em direção à solução do problema. É como se diz: “sana-se o mal pela raiz”.

Finalmente, apresentaria minha opinião sobre um dos caminhos que poderiam ser seguidos para tentar estancar a multiplicação deste mal-estar que destrói os africanos. Quero deixar bem claro que estou a fazer esta

leitura a partir de minha ótica de negro africano.

1. A África antes da colonização

Por muito tempo não se conheceu o Continente Africano, apenas um e outro lugar, na parte setentrional (Egito, Alexandria, Tagaste e a Etiópia), por causa de suas influências no mundo ocidental. Nos tempos atuais, os historiadores sabem que, além desses lugares acima citados e dos seus habitantes, houve outros lugares com povos, civilização, cultura e língua.

A África sempre foi vista com um “continente misterioso”. Não sei ao certo o que essa classificação queria dizer. *A priori*, nota-se que não se trata de um louvor, de uma admiração por uma realidade toda especial. Tudo leva a crer que se trata, por um lado, de desprezo; por outro, de medo pelo desconhecido que pode surpreender a mentalidade ocidental em muitos aspectos que não interessa apontar agora. A classificação “África, continente de mistérios” continua ainda hoje, infelizmente. Por exemplo, depois que algumas pessoas souberam que eu vinha de Moçambique,³ me pediam principalmente o seguinte: “Fala-nos deste 'continente misterioso'. Lá tem muito bicho do mato, muita miséria, doença, fome, guerra, não é verdade?” A pergunta é tendenciosa e mostra claramente o que algumas pessoas pensam sobre a África. E por detrás desta mesma pergunta se esconde uma outra pergunta. Acho ser esta: “Como é: você vive no meio desses bichos e como é que sobrevive à miséria, à fome...?” Será apenas curiosidade, ou seja, uma sede de aprofundar o conhecimento sobre a

África? Se assim fosse, acho que a pergunta deveria ser formulada mais ou menos deste modo: “Como é o povo africano, sua cultura, seu saber, sua civilização, seus usos e costumes...?” A minha resposta tem sido esta: “Por que chamais de misteriosa a minha Mãe África? Vós quereis saber como é que nós os africanos vivemos (nossa cultura, costumes, nossa visão do mundo e da realidade)?” E sem esperar pela resposta, começo a lhes falar da minha cultura, do meu povo, de nossas lutas, de nossas esperanças e das nossas relações (com Deus, com o outro, com o cosmos e com o eu). Depois de um longo ou breve depoimento, alguns acabam se desculpando pela maneira como formularam a pergunta. Outros ditam as culpas para a mídia: “É o que a mídia nos passa”. Tudo isso revela e denuncia a idéia distorcida que se tem de África e do seu povo.

Este continente “misterioso”, apesar de tudo quanto passou e ainda passa hoje nas mãos de novos colonizadores, segue sendo misterioso. Seguindo uma lógica diferente, que pode ser chamada de “intuitiva”, organizou-se de forma *sui generis*. Aliás, os povos africanos já estavam organizados antes da colonização: havia reinos e impérios. E, como em qualquer outra parte do mundo, esses impérios e reinos conheceram momentos florescentes, de auge, como também os de queda. Tiveram suas conquistas e fracassos; desenvolveram sua política econômica e social; possuíam sua filosofia de vida. Relacionavam-se com outros impérios e/ou reinos. Destas relações houve um enriquecimento mútuo, como troca de tecnologia, de saberes, trazendo

desenvolvimento. Não há dúvidas que tudo isso trouxe qualidade de vida para os povos africanos.

Todavia, as relações com outros impérios ou povos nem sempre foram de paz. Houve guerras entre impérios e reinos. Também houve lutas internas motivadas por vários fatores (sede de poder, desentendimento, invejas, ciúmes, sucessão no trono). Que impérios podem ser mencionados antes da colonização ocidental? São muitos. A título de exemplo, temos os seguintes:⁴ Monomotapa, Lubas e Lundas, Congo, Ghana, Mali, Songhai, Haussas, Kamem-Barnu, Tekrur, Mossis, Youruba, Benin, Ashatni, Peules, Abomei (Dahomé), Ndongo, Oio e muitos outros, sendo os mais conhecidos Egito, Etiópia, Kush e Berbere.

2. A África colonizada e a conferência de Berlim

A partir do século XV começa uma reviravolta na Europa. O desejo de abrir os horizontes comerciais levou muitos povos desse continente a sair em conquista de novas terras para fazer comércio e acumular riqueza. Iniciam as expedições marítimas, como aquela portuguesa para a Índia, passando por vários pontos do litoral africano. Na verdade, “a Europa estava a braços com uma grande fome de ouro para satisfazer as suas compras de especiarias à Ásia”.⁵ Portanto, se as especiarias vinham da Ásia, o ouro provinha da África. Inicia, deste modo, todo o processo de exploração e de colonização dos povos africanos. Não houve diálogo intercultural e inter-religioso, ou encontro de culturas, como alguns gostam de justificar, justificativa essa

que os torna injustos com a história. Esse encontro forçado e interesseiro não foi benéfico nem salutar, mas foi de morte: povos vindos de outros lugares (Ocidente) chegam proclamando, disfarçadamente, paz e boa relação. Tudo não passou de estratégia para anestesiar as consciências dos africanos. Não tardou para que a situação se invertesse surpreendentemente: os estrangeiros tornaram-se senhores, donos das riquezas em terras estrangeiras, e donos da terra “estrangeiros”, servos, escravos! Houve resistência, mas a tecnologia bélica dos invasores não permitiu, pois os exploradores tinham armas de fogo e os explorados não.

Portanto, este “continente misterioso”, como alguns querem chamá-lo, foi desrespeitado, profanado, espoliado, pilhado, esquarterado. Não meteu medo aos gananciosos, nem àqueles que se consideravam superiores a todo o gênero humano. Os invasores acreditavam ter o mandato divino de, pelo menos, civilizar e batizar esses gentios sem alma e de pele preta. Mas sabe-se hoje que o motivo primário era o econômico, ou seja, a busca desenfreada do capital, pois tinha começado, em vários pontos da Europa, uma explosão de produção industrial. A busca de matéria-prima e de mão-de-obra barata eram urgentes, aliás, os sistemas político e econômico tradicionais dão lugar a uma nova forma econômica: a capitalista. Surge assim o liberalismo. Portanto, “la empresa de llevar el cristianismo a los pueblos de Africa y Asia justificó demasiadas veces la ocupación imperialista de territorios ultramarinos. Lo mismo cabría decidir de la lucha contra el comercio de esclavos en los

territórios de África interior”.⁶

Não tardou para que houvesse disputas entre os estrangeiros por ricas terras que não lhes pertenciam. Na verdade, o ouro nessas terras era abundante. As lutas tornaram-se cada dia mais fortes, violentas e sangrentas, pois um queria mais este e aquele outro pedaço de terra, mas o outro não concordava. Infelizmente, os africanos foram obrigados a entrar na linha de fogo por esses estrangeiros que só queriam ser donos de terras alheias para melhor pilhar o ouro, o marfim e outras riquezas abundantes. Não tardou para que o liberalismo visse no negro africano objeto de comércio para o enriquecimento e ser assim uma potência.

A região que provocou o conflito das potências, sobretudo França e Bélgica, foi a do Congo. Razão da disputa: controle sobre o Congo, na África Central. Na altura, a Bélgica era liderada por Leopoldo II, que tinha enviado Stanley para explorar a situação do Congo. Paralelamente desenvolvia-se na França o projeto de Brazza, representante e diplomata francês que com muita habilidade, conseguiu fazer um tratado com o chefe representante da região (1875-1878). O objetivo do tratado era garantir à França o controle de uma parte do Congo. Porque os belgas não concordaram com a artimanha francesa, surgiu um conflito de interesses entre esses dois países. Foi o início do fim daquela vida harmoniosa do africano onde a sintonia com a natureza era prioritária e o respeito pela vida e pelo semelhante estava acima de tudo.

Sua riqueza era comentada por muitos comerciantes e missionários

cristãos vindos à África a partir de 1860 para explorar, civilizar os bárbaros ignorantes sem história e cristianizá-los. Estes comerciantes e missionários tiveram conhecimento de algumas partes da África e dos seus recursos. Portanto, “a certeza da existência de riquezas africanas, fez nascer neste período uma série de associações e sociedades de patrocínio a estas viagens”.⁷ A missão e a colonização caminharam de braços dados. Sendo assim, a Igreja que promove a dignidade e a igualdade dos povos nunca se pronunciou contra essa prática. Antes abençoava esse macabro projeto, dando espaço para o capitalismo, o imperialismo e a exploração. Concomitantemente, gerou-se a idéia do racismo: há uma raça superior com o dever e o direito de civilizar a raça inferior porque desprovida de capacidade intelectual. Portanto, só presta para fazer o trabalho forçado a escravidão.

Foram essas disputas de estranhos em terra alheia que condicionaram a realização da Conferência de Berlim, capital da Alemanha, nos finais do século XIX, ou seja, de novembro de 1884 até fevereiro de 1885. A Alemanha, potência colonial, industrial e econômica, acolheu a conferência convocada por Kaiser Wilhelm I.⁸ Berlim não se encontra na África, mas na Europa. Ora, se esta conferência teve lugar fora do lugar do conflito, conclui-se logicamente que nenhum representante africano esteve presente nessa Conferência que trouxe conseqüências nefastas para a África, como se verá mais adiante.

Participaram na conferência 15 países, a saber, “Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha,

Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Noruega, Portugal, Rússia, Suécia e Turquia”.⁹ Países como Marrocos, Etiópia, Libéria e outros, então independentes, com autonomia própria e reconhecida pelo Ocidente, não foram convidados. Os africanos ausentes e ignorados se assustaram quando notaram novos marcos que dividiam suas terras e regiões, que dividiam seus reinos e famílias, seus campos e lugares sagrados.

Foi nos gabinetes da capital alemã, Berlim, onde muitas mãos traçaram as fronteiras dos futuros domínios coloniais depois de muitas vezes baterem sobre a mesa. A África entra no século XX totalmente retalhada, esquarterjada pelos imperialistas estrangeiros. A África foi cortada como se corta o bolo para celebrar o fim de conflitos de beligerantes por coisa alheia.

Aqui estão, ao meu ver, dois principais artigos, a saber, artigos 34º e 35º, aceitos e rubricados, no dia 26 de fevereiro de 1885, pelos países participantes da conferência de Berlim, que deixam transparecer claramente o fim do regulamento

Artigo 34º: A potência que no futuro tomar posse de um território nas costas do continente africano situado fora das suas atuais possessões ou que, não exercendo até aí, venha adquiri-la, e igualmente a potência que num desses territórios vier a assumir um protetorado acompanhará o respectivo ato de uma notificação às outras potências signatárias do presente ato a fim de lhe permitir, se for caso disso, as suas reclamações.

Artigo 35º: As potências signatárias

do presente ato reconhecem a obrigação de assegurar nos territórios por elas ocupados nas costas do continente africano a existência de autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos, e eventualmente a liberdade de comércio e de trânsito nas condições em que for estipulada.¹⁰

Como se pode notar, todas as potências signatárias tinham a liberdade de tomar posse de qualquer parte da África que nunca pertencera a qualquer uma das potências signatárias do regulamento de Berlim. Era direito só das potências convidadas de Berlim. Estavam dadas as normas de ocupação efetiva da África. Além disso, o mesmo abaixo assinado contemplava questões relacionadas com a liberdade de comércio na região do Congo e a navegação nos rios do Congo e do Níger por serem navegáveis e darem acesso ao interior. Por outras palavras, o Congo foi a primeira área conhecida como a de livre comércio (ALCA = Área de Livre Comércio da África)! O que os Estados Unidos querem hoje com o continente americano não é algo original. Já foi feito na África. Com certeza as potências colheram muitos frutos da Área de Livre Comércio da África. Outro ponto que constou no documento final foi a abolição do tráfico de escravos.

Antes de Berlim, houve “a Conferência Internacional de Geografia”,¹¹ em Bruxelas, na Bélgica, em 1876, com a finalidade de estudar o terreno e a possibilidade da Bélgica marcar sua presença na África Equatorial.

3. Conseqüências da conferência de Berlim

No dia 26 de fevereiro de 1886 era aprovado o documento final (normas pós-conferência), que começava com a seguinte frase: “Em nome de Deus todopoderoso...”.¹² Apesar de ter sido em nome de Deus, as conseqüências negativas não se fizeram esperar. Passo brevemente a apresentar algumas dessas conseqüências:

a) O surgimento de um novo conceito, antes no subconsciente das potências agora oficializado e legitimado: a ocupação efetiva da África. Conseqüentemente decretava-se a subordinação total e completa dos povos africanos ao estrangeiro que adquire juridicamente o poder de fazer do indígena o que bem entender. A expressão “institucionalização da colonização” pode exprimir melhor o que aconteceu. Reprimir todos os focos de resistência era dever do colono. Aliás, “no mesmo ano de encerramento da conferência, foram desenvolvidas em Londres as primeiras armas de fogo automáticas. Em pouco tempo, mesmo os poderosos exércitos africanos se tornaram obsoletos”.¹³

b) “Coordenar os interesses e disciplinar as ambições nas novas ocupações”,¹⁴ com exceção da Etiópia, que não foi subjugado com a partilha da África.

c) Os novos limites geográficos dividiram impérios, povos, clãs, tribos e famílias. Estavam feitas as 53 fatias africanas. A estratégia antiga, mas sempre nova, “dividir para reinar”, produziu os frutos desejados.

d) 60% da nova “divisão é constituído de retas ou de arcos de circunferência”.¹⁵

e) Regular o comércio na região franca do Congo e de Nigéria-Benue e internacionalizá-lo.¹⁶ É interessante notar que até hoje o Congo é lugar de muitos conflitos em virtude de sua riqueza: ouro e diamante.

f) Oficialmente foi interdito o tráfico de escravos¹⁷, mas a prática semi-aberta do comércio de escravos (ouro negro), que garantia a continuidade de obras e do povoamento dos territórios americanos recém-tomados ou em processo de ocupação, continuou. Na verdade, “os escravos partiam agora com o nome pudico de emigrados”.¹⁸ Infelizmente, continua ainda nesses tempos modernos sob formas diferentes e com nomes que *a priori* parecem humanitários.

g) A existência de guerras ou conflitos étnicos e tribais entre grupos que nunca se entenderam mesmo antes da colonização. Essas lutas são muitas vezes alimentadas hoje por aqueles que têm interesses econômicos nesses países: colocam à disposição o armamento em troca das riquezas que os grupos beligerantes têm, em nome de ajuda para a paz e democracia. Por exemplo, Angola e Moçambique, países que conheceram momentos dramáticos de uma guerra civil, não fabricam e nunca fabricaram armas como as minas que continuam a fazer muitas vítimas. De onde vieram esses instrumentos de chacina? Vieram do lugar aonde foram o diamante de Angola e o camarão, marfim, ouro de Moçambique.

h) A falta de mesma unidade cultural, lingüística na maioria dos estados africanos. A divisão da África em pequenas fatias não observou os limites geográficos que já existiam. Os novos

limites juntaram povos que não falavam a mesma língua nem tinham a mesma cultura e filosofia, sem um passado comum. Como desejar hoje que esses povos constituam uma unidade nacional, sem guerras nem conflitos? A história nos mostra que isso não funciona. Mas alguém pode querer dar o exemplo do Brasil, mas cuidado! Lembre-se que 98% dos brasileiros são “estrangeiros”! “Em terra estrangeira, o sofrimento une as pessoas” (provérbio barghwe de Moçambique).

i) Esta falta de unidade nacional leva a um desenvolvimento desequilibrado dentro do mesmo país. Quando o presidente é de uma parte ou região do país, canaliza todos os esforços para o desenvolvimento daquela região, esquecendo a outra parte do mesmo país, e a riqueza da parte desfavorecida é direcionada para a região do chefe do estado. É verdadeiramente uma guerra fria que aflora nas campanhas eleitorais presidenciais.

j) Não é menos verdade que “a violência com que se deu a colonização provocou grandes distorções nas estruturas econômicas, sociais e culturais dos territórios dominados. A economia tradicional comunitária ou de subsistência foi totalmente desorganizada pela introdução de cultivos destinados a atender exclusivamente as necessidades das metrópoles”,¹⁹ mesmo se para isso tenha de passar por cima de cadáveres dos semelhantes. As metrópoles são centros políticos e econômicos. É lá onde se decide tudo. O interior depende economicamente das metrópoles, e os países em vias de desenvolvimento dependem de novos colonizadores e

imperialistas, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o BM (Banco Mundial) e outros.

k) A conseqüência anterior nos leva a perceber a existência do subdesenvolvimento porque sua riqueza foi pilhada e ainda continua sendo roubada. A ajuda que o Ocidente faz à África não é um favor, mas deve ser entendida como forma de devolver o que seus ancestrais tiraram. O Ocidente e as Américas não devem se esquecer que sobre o seu solo muitos africanos foram enterrados, brutalmente mortos devido a pesados trabalhos.

l) Nenhuma língua africana é tomada como científica. Deste modo, para fazer passar suas idéias, tem de fazê-lo em uma das línguas ocidentais, como estou a fazer neste preciso momento. Não posso exprimir-me em minha própria língua.

Resumindo: Os frutos imediatos da Conferência de Berlim foram sobretudo três, a saber, a imposição de novas fronteiras para evitar eventuais conflitos entre as potências estrangeiras, a ocupação efetiva da África e a abertura de bacias do Congo e do Níger para o comércio internacional. Mas os frutos se tornaram veneno que continua a matar muito a atual África.

Conclusão

Não encontrei outra forma de concluir esse meu pensamento a não ser citar as palavras de Patrice Lumumba na última carta que teria escrito para a sua esposa, citado por Ki-Zerbo: “A história dirá um dia a sua palavra... A África escreverá a sua própria história”.²⁰ É o que se tem procurado fazer nesses últimos tempos: resgatar a verdadeira história da África, de modo que saia da

sombra onde sempre foi colocada. Aliás, “só é possível conhecer bem um povo, como um indivíduo, se esse conhecimento alcança uma certa dimensão histórica”.²¹ É imprescindível conhecer a curva histórica para perceber a realidade atual da nossa história. Nesta perspectiva, percebo que as guerras e todos os males que afligem hoje a África têm a sua origem naquele passado de que ninguém gosta de falar para não ferir sensibilidades daqueles que ainda exploram a África hoje de forma nova e diferente. É interessante notar que a razão dos conflitos que existiram e ainda existem em certos países é econômica. A situação torna-se grave quando a Igreja continua na omissão, deixando que a morte seja feita em nome de Deus.

A minha proposta para sanar a problemática existente hoje, fruto da Conferência de Berlim (1885-1886), é a seguinte: rever os limites geográficos impostos pelos estrangeiros interessados de modo a respeitar a

cultura, a língua de cada grupo étnico, tribal ou clânico. Deixar que o povo africano se organize ele mesmo sem ingerência de estrangeiros em assuntos internos em nome da democracia. Deixar o poder nas mãos dos dirigentes tradicionais que ainda existem e são conhecidos. Eles juntamente com o seu conselho fazerem as alianças segundo os seus próprios princípios. Para isso, é necessário dar direito ao povo africano de conhecer a sua própria e verdadeira história. Resumindo, deixar que o africano seja ele mesmo e não o que outros querem que ele seja. Por favor!

Estou consciente da dificuldade para a efetivação do que proponho. Os dirigentes e a comunidade internacional nunca aceitarão, pois implica perder o poder. Mas se isso pode trazer paz e bem-estar para os povos, respeito à sua história, seu passado, acho que se pode apostar por esse caminho. Você tem uma proposta diferente? Então, apresente-a. A África conta com você!

Veja os mapas:²²



Mapa 1: Antes da Conferência de Berlim.

Mapa 2: Depois da Conferência de Berlim.

Bibliografia

- BOHANNAN, Paul. *Africa and Africans*. Garden City (NY), The Natural History Press, 1964.
- HOFISSO, Narciso; SITO, Lucas. *História da África: Manual de 7ª classe*. Maputo, Editora Escolar, Vol. I, 1ª ed., 1990.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Mem Martins (Portugal), Publicações Europa-América (Biblioteca Universitária, 14), Vol. I, 3ª ed., 1999.
- MAESTRI, Mário. *História da África Negra Pré-Colonial*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988
- MOMMSEN, Wolfgang J. *La Época del Imperialismo: Europa 1885-1918*. México, Siglo Veintiuno, Vol. 28, 16ª ed., 1990.
- OLIVER, Roland. *A experiência Africana: da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- RODRIGUES, João Carlos. *Pequena História da África Negra*. São Paulo: Globo: Secretaria da Cultura da Presidência da República: Biblioteca Nacional, 1990.

Notas

- 1 É sacerdote católico de Moçambique, África. Mestrando em Teologia pelo Instituto Ecumênico de Pós-Graduação (IEPG), em São Leopoldo-RS. Integrante do grupo de “Identidade Negra” da Escola Superior de Teologia/IEPG.
- 2 www.tamandare.g12.br/Aulafrica/africa_antes_da_conferencia_de_b.htm acessado no dia 26 de janeiro de 2005.
- 3 Moçambique situa-se na costa oriental da África. Tem 799.390 km² e é banhado pelo Oceano Índico.
- 4 MAESTRI, Mário. *História da África Negra Pré-Colonial*, p. 15-104. E de referir que existe entre os autores uma classificação diferente. Alguns chamam de “Império” aquilo que os outros denominam de “Reino”. Seja como for, tudo isso quer confirmar a abundância de vários grupos e povos com organização diferenciada. Também cf.: KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*.
- 5 KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*, p. 263.
- 6 MOMMSEN, Wolfgang J. *La Época del Imperialismo: Europa 1885-1918*, p. 11. Traduzindo seria: “O empreendimento de levar o cristianismo aos povos de África e Ásia justificou muitas vezes a ocupação imperialista de territórios ultramarinos. O mesmo se poderia dizer da luta contra o comércio de escravos nos territórios no interior da África”.

- 7 HOFISSO, Narciso; SITO, Lucas. *História da África: Manual de 7ª classe*, p. 25.
- 8 BOHANNAN, Paul. *Africa and Africans*, p. 120.
- 9 RODRIGUES, João Carlos. *Pequena História da África Negra*, p. 135. Nem todos os países que estiveram na Conferência tinham por que disputar na Mãe África. Estiveram presentes por se tratarem de potências. Todavia, mais tarde, a Alemanha e a Itália se organizaram e trataram de ter também áreas sob seu controle, embora em 1884, a Alemanha tivesse se estabelecido no atual Togo, região estreita, entre os ashanti e os Daomé. Também tiveram poder sobre Yaundé, fundado pelo alemão Tappenberck com a finalidade de fazer plantações de cacau nos Camarões. Não se pode esquecer a influência que teve na parte oriental, concretamente no litoral de Zanzibar e seu interior e a Namíbia (cf. *ibid*, p.160; p. 135). Para o efeito, comprou uma briga com os ingleses. Essas áreas foram perdida na primeira e na segunda guerras mundiais respectivamente por Alemanha e Itália.
- 10 HOFISSO, Narciso; SITO, Lucas. *Op. Cit.*, p. 26.
- 11 *Ibid.*, p. 134. Nessa Conferência notou-se a ausência de Portugal e Espanha. Entretanto, a presença de Alemanha, Áustria-Hungria, Inglaterra, França, Itália, Rússia e do país anfitrião era imprescindível, culminando com a fundação da Associação Internacional para a Exploração e Civilização da África Central. Não tardou que fosse denominada por “Associação Internacional do Congo” (AIC).
- 12 RODRIGUES, João Carlos. *Op. Cit.*, p. 135.
- 13 *Ibid.*, p. 136.
- 14 HOFISSO, Narciso; SITO, Lucas. *Op. Cit.*, p. 27.
- 15 www.tamandare.g12.br/Aulafrica/africa_antes_da_conferencia_de_b.htm acessado no dia 26 de janeiro de 2005.
- 16 BOHANNAN, Paul, *Op. cit.*, p. 120.
- 17 O documento não reitera a abolição da escravidão de 1836. Fala apenas de tráfico negreiro que é efeito daquela.
- 18 KI-ZERBO, Joseph. *Op. cit.*, p. 393.
- 19 www.tamandare.g12.br/Aulafrica/africa_antes_da_conferencia_de_b.htm acessado no dia 26 de janeiro de 2005.
- 20 KI-ZERBO, Joseph. *Op. cit.*, p. 9.
- 21 *Ibid.* p. 9.
- 22 www.tamandare.g12.br/Aulafrica/africa_antes_da_conferencia_de_b.htm acessado no dia 26 de janeiro de 2005.



Introdução

Quando solicitado pelo Grupo Identidade da EST para falar um pouco da história de Angola e fazer um breve relatório sobre a religião na época da independência de Angola com o primeiro presidente (1961-1979), o Dr. António Agostinho Neto, hesitei em me pronunciar pelo fato de estar fora de Angola há nove anos, vivendo em território brasileiro. Repensei e, com muito cuidado, aceitei o desafio de falar da minha sempre amada pátria. Ser angolano é acima de tudo honrar a pátria, fazer juramento de fidelidade à pátria, honrar o presidente, lutar pela pátria, dar a vida pela pátria, combater os novos invasores e os inimigos do povo e da nação angolana. É honrar a bandeira da nação, honrar o Movimento

de Libertação de Angola (MPLA) e o imortal combatente da nação angolana, o Dr. António Agostinho Neto.

No período da independência, ser angolano era ter de "cantar" viva António Agostinho Neto... Viva, viva a O MPLA Partido do Trabalho... viva, viva a OMA (Organização da Mulher Angolana) viva, viva a OPA (Organização do Pioneiro Angolano) viva, viva a JMPLA (Juventude do Movimento para Libertação de Angola), viva. Abaixo o colonialismo... abaixo, abaixo os invasores... abaixo, abaixo os inimigos do povo angolano... abaixo; de Cabinda ao Cunene um só povo... uma só nação... a luta continua e a vitória é certa. Ser angolano era ser criado em uma filosofia, patriarcal, machista, marxista-leninista, humanista, que sabe "respeitar" seus políticos, seus costumes e sua cultura assim obrigava a ser o partido no poder.

Ser angolano é saber falar a língua "paterna" e "materna";

ser angolano é saber respeitar os mais velhos (avô, tio, tia) e os "sobas" (chefes de tribos);

ser angolano é lutar pela reconciliação nacional e pela paz da nação;

ser angolano é ser aquele que lhe foi

negada sua história, torturado pela guerra, pela fome, pela pobreza, pela miséria, pela sede e pela escravidão; ser angolano é ser mutilado de um pé, de um braço; ser angolano é ser órfão do pai e da mãe; ser angolano é viver sem um habitat; ser angolano é ser refugiado; ser angolano é ser esquecido pelo muito patriotismo.

Entre muitos paradoxos e contradições do ser angolano, o bom filho à casa retorna. Meu desejo é que muitos outros angolanos espalhados por este universo, fugindo da miséria do país, possam retornar à casa, para junto daqueles que ali ficaram firme, combatendo corajosamente pela pátria, que finalmente agora Angola vive em clima de reconstrução nacional, porque homens, mulheres e crianças alcançaram com júbilo a tão desejada paz. É neste espírito que nada mais justo do que darmos nossa contribuição à estabilidade da reconstrução nacional do país, junto dos nossos antigos e sofridos combatentes irmãos, a fim de lutarmos por uma nação mais justa, de igualdades, de justiça, de amor, de fraternidade, de educação para todos, lutarmos por uma Angola democrática e de eleições presidenciais justas e livres, sem constranger a qualquer cidadão na opção de seu voto. De Cabinda ao Cunene um só povo e uma só nação, a luta continua e a vitória é certa.

Apresentação do país

Nome oficial: República de Angola

Capital: Luanda (4.000.000 de habitantes)

Localização: A República de Angola situa-se na costa ocidental do Continente Africano na sua parte austral, entre os paralelos 4'22 e 24'05'.

Fronteiras:

Norte: República do Congo e República Democrática do Congo

Leste: República Democrática do Congo e República da Zâmbia

Sul: República da Namíbia

Oeste: Oceano Atlântico

Superfície: 1.246.700 km²

Fronteira terrestre: 4.837 km

Fronteira marítima: 1.650 km

Clima: O clima é equatorial em Cabinda, tropical seco no norte e desértico no sul.

Angola tem duas estações: a das chuvas e a do cacimbo.

A do cacimbo ou seca é menos quente e vai de maio a setembro.

A das chuvas, mais quente, normalmente dura de setembro a maio.

Temperaturas médias: 27°C (máxima) e 17°C (mínima)

População: 12.000.000 habitantes

Composição por sexo: masculino: 49,3% e feminino: 50,7%

Densidade demográfica: 8,3 hab/km².

População urbana: 32% (1995)
Médicos por habitante: 1 por 15.109
Esperança de vida à nascença: 45 anos (homens) e 48 anos (mulheres)
Mortalidade infantil: antes dos 5 anos: 209

Línguas:

Língua oficial: Português

Principais línguas nacionais:

Umbundo, Kimbundo, Kikongo, Fiote, Tchokwe, N'ganguela e Kunhama.

Idade média: 19 anos

Unidade Monetária: Kwanza

Reajustado: USD 1,280.270 KzR

Analfabetismo: 60%

Breve síntese histórica

Angola sofreu 500 anos de colonização portuguesa (1482-1975).

Foram 14 anos de luta de libertação nacional (1961-1975), dirigida pelo Dr. e poeta António Agostinho Neto (primeiro presidente de Angola).

Em 1922 nasce aquele que um dia seria o presidente de Angola, às 5 horas do dia 17 de setembro, em Kaxicane, freguesia de S. José, concelho de Icolo e Bengo, Distrito de Luanda, filho de Agostinho Pedro Neto, catequista da missão americana em Luanda, sendo mais tarde pastor e professor nos Dembos, e de Maria da Silva Neto, professora.

1947 - Surge o grupo que atua sob o lema "Vamos Descobrir Angola", que dá origem ao Movimento dos Jovens

Intelectuais de Angola, do qual Agostinho Neto foi elemento integrante, embora vivendo em Portugal.

Em 10 de dezembro funda-se o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola).

1961 - Em 4 de fevereiro é desencadeada a luta armada pelo MPLA.

Em 11 de novembro, Agostinho Neto proclama a independência de Angola.

A religião no governo de Agostinho Neto

No governo de Agostinho Neto (MPLA), a religião não se fazia sentir. É nesta época que o país adotou o sistema de governo marxista-leninista; por influência da ex-URSS (hoje Rússia), Cuba e "China", o país viveu muitos anos com esse regime. Foi uma época em que as igrejas não poderiam denunciar ou fazer qualquer tipo de discurso que comprometesse a filosofia do governo no poder (MPLA). Poucas igrejas eram reconhecidas pelo governo. A única que se destaca é a Igreja Católica Romana. Era proibido nas escolas qualquer tipo de ensino religioso. Eram perseguidos até a morte indivíduos que desacatassem os ideais do MPLA. Para se ter uma idéia, no dia 27 de maio de 1977, foram mortos mais de 30 mil angolanos, por mandato do presidente (Agostinho Neto), entres eles, pessoas de altos escalões políticos, como Nito Alves, Saydi Mingas, Hélder Neto, assim como

alguns músicos de renome, Urbano de Castro, Artur Nunes e o politizado Davi Zé, que eram favoráveis à política de Agostinho Neto, mas foram acusados de cumplicidade em dar golpe de Estado. Os luandenses, como a Nação de modo geral, lamentaram profundamente as mortes de grandes heróis e combatentes que lutaram firmemente contra o regime colonialista (português). O ateísmo também era forte em Luanda. A maior parte dos intelectuais se concentrava em Luanda. Os formadores de opinião eram poucos intelectuais e adeptos do marxismo-leninismo. Os intelectuais eram partidários do MPLA. Estima-se que não passavam de 200 angolanos que tinham o ensino superior. Os intelectuais luandenses eram todos influenciados pelo marxismo, céticos e patriotas. O espírito marxista-leninista era muito forte em Luanda, de modo que falar sobre Deus era um risco. Não havia gráfica que aceitasse publicar qualquer tipo de literatura cristã, aliás, todos os veículos de informações, a começar com a RNA (Rádio Nacional de Angola), TPA (Televisão Popular de Angola), entre outros, são do governo e as notícias são devidamente filtradas. Segundo a doutrina marxista-leninista, o governo exerce o controle absoluto sobre todas as instituições estatais. Nesse tempo não havia teólogo de expressão que assumisse seu papel, que combatesse o ateísmo, ceticismo ou qualquer violação

dos direitos humanos.

Os cristãos viviam com muito medo, e muitos ficavam no anonimato. Os pastores da mesma forma preferiam ficar também no anonimato, porque às vezes, nos cultos de celebração ao Senhor, havia espíões do governo disfarçados como cristãos, e faziam relatórios sobre a pessoa do pastor e da instituição.

A política e a religião depois de Agostinho Neto

Com a morte de Agostinho Neto, em 1979, José Eduardo dos Santos é proclamado presidente. Em 1991 o MPLA e a UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola) firmam um acordo de paz em Bicesse (Portugal) e convocam as primeiras eleições do país.

Embora havendo conflitos políticos, Angola hoje vive a sua sonhada paz. O país vive ainda os resquícios do marxismo. Todavia, louvamos a Deus, porque no governo do segundo presidente as igrejas evangélicas crescem assustadoramente. Segundo o deputado França Van-Dúnem, da bancada do MPLA, a guerra civil em Angola não teve conotações religiosas, e existem cerca de 100 confissões religiosas reconhecidas pelo governo e muitas outras aguardando a oficialização (Revista Angola-Hoje, maio/junho de 2004, p. 13). Segundo dados percentuais de 2000: o

cristianismo - 70,1%; as religiões tribais - 29,9%. Uma das igrejas que mais cresce em Luanda, é a Assembléia de Deus Pentecostal. A Assembléia de Deus do centro da capital, situada no bairro do Maculusso, cidade nobre, hoje é umas das maiores igrejas na capital em termos de membros, tendo aproximadamente 10 mil pessoas nos cultos de domingo, realizado em cinco sessões.

O povo angolano é um povo muito alegre, sedento das verdades bíblicas. Cresce o número de pessoas que procuram igrejas evangélicas, abandonando as religiões tribais (tradicionais). Podemos, com isso, ter noção do crescimento da fé, depois de um longo período de filosofia marxista-leninista, período este que intimidou, por muito tempo, a fé dos angolanos em Cristo Jesus.

Angola está em pleno apaziguamento dos barulhos bélicos, os políticos e o povo estão empenhados no desenvolvimento de uma nova nação, verdadeiramente democrática, de liberdade de expressão, apagando todas as mazelas marcadas por um passado macabro, fazendo desaparecer todos os resquícios do marxismo-leninismo, avançando na economia, na reconciliação nacional, preparando a nação para as próximas eleições presidenciais, em 2006, pelas quais todos os angolanos esperam ansiosamente.

Não posso fechar os olhos pela

bravura, diplomacia e determinação do ex-presidente Agostinho Neto, que lutou e defendeu as causas do povo angolano, culminando com a independência de Angola. O povo angolano é grato pelo seu patriotismo. Mas também o povo angolano jamais esquecerá as atrocidades de 30 mil angolanos executados pelo mandato de Agostinho Neto. Como teólogo, intelectual e cidadão angolano, manifesto a minha indignação à política totalitária e opressora de Neto. Sou co-solidário dos 30 mil mortos, entre eles, eu também me considero...

Viva o povo angolano! Viva a paz em Angola.

Referências bibliográficas

- Revista Angola-Hoje, v. 3, p. 13, maio/junho de 2004
Zero Hora, 12 nov. 2000, p. 34.
Zero Hora, 6 nov. 1999, p. 4.
Centro de Cultura AgostinhoNet-2003.<http://www.cc-agostinhoneto.com/biografia.htm>.
Acesso: 20 dez. 2004.

Nota

- 1 Pedro Paulo Ramos Ventura, angolano (África). Formado em teologia pastoral no Seminário Betânia (CETRMIB) de Camaquã RS. Atualmente teólogo, intelectual e pastor interino dos jovens da Igreja Presbiteriana de imigrantes Chineses de Taiwan, em Porto Alegre e membro do grupo Identidade da (EST) e da Igreja de Confissão Luterana (IECLB).

Introdução

Na cultura brasileira, e mais especificamente a nordestina, as mulheres de tradição africana, do campo e das periferias, são depositárias de poderes extraordinários. Os dons que elas expressam através de seu poder escapam das análises racionalistas e se impõem como autoridades no meio das massas empobrecidas (GEBARA, 1991, p. 6). E é nesta tradição de poder que surgem Zeferina e tantas outras mulheres que durante muito tempo ficaram esquecidas pela história brasileira. Trazê-las a público é lançar um novo olhar sobre a escravidão no Brasil, afirmando que os personagens femininos tiveram poder predominante – e determinante – no processo de libertação dos negros e legitimação da cultura africana em solo brasileiro.

Mas quem foram essas mulheres? Na figura de Zeferina, é possível conhecer, mais detalhadamente, as marcas de muitas delas, assim como o poder que elas exerceram. Até que ponto esse poder foi um elemento que facilitou na luta em Urubu, ocorrida no século XIX, no Quilombo do Urubu – atual Parque São Bartolomeu, subúrbio da capital da Bahia? Na atualidade, a história de Zeferina tem sido reconstruída pelos moradores do subúrbio de Salvador, enquanto referencial de poder de resistência criativa às muitas práticas de exclusão social de herança imperialista, racista, sexista, patriarcal.

Reconstituir esta história, respondendo as questões relativas à identidade de Zeferina, ao tipo de poder exercido, sua organização e importância em Urubu, é um dos objetivos deste artigo, fruto de pesquisa em fontes documentais e orais. Uma história que

começou a ser contada desde o período em que os primeiros escravos aqui chegaram, e Zeferina é um dos capítulos ainda pouco conhecidos, mas de grande relevância para a compreensão do povo africano em solo brasileiro. Segundo Maria Inês Cortes de Oliveira, Zeferina é de origem angolana e, na primeira metade do século XIX, foi trazida ainda criança, nos braços de sua mãe Amália, e já na condição de escrava (OLIVEIRA, 1996, p. 178).

Perspectiva histórica do poder de Zeferina

Na historiografia oficial, Zeferina é trazida para o centro das atenções dos escritores escravistas coloniais e dos comprometidos com as questões negras, sendo mencionada superficialmente enquanto líder do Quilombo do Urubu. Zeferina recebe títulos de rainha, chefe, quilombola, guerreira, ligada a uma casa de Candomblé localizada no centro desse quilombo. Por ocasião do levante, ela foi presa e obrigada a exercer diversos trabalhos forçados.

Para a história passada de geração a geração, Zeferina faz parte de um capítulo da história da Bahia, foi uma descendente direta de escravos e fundou o Quilombo do Urubu para proteger a si e seu povo da escravidão. Ali, junto com os índios, organizou os escravos fugitivos, sendo uma grande liderança desse quilombo, situado na região do subúrbio de Salvador, pois foi uma grande guerreira que, bravamente e com habilidade, lutou com as tropas policiais para libertar “sua gente” da submissão e opressão. Como líder, Zeferina foi levada presa e morreu na prisão, e seus restos mortais foram sepultados em algum lugar do Cabula.

A história do poder de Zeferina faz parte das muitas histórias das mulheres negras atuais: retalhos de histórias – a exemplo de Nzinga Mbandi em Matamba e Angola, Aqualtune e Dandara em Palmares, Tereza em Mato Grosso, Mariana no Rio de Janeiro, Felipa Maria Aranha na Amazônia, além das “feiticeiras” e anônimas líderes quilombolas (BARBOSA, 2003, p. 161-169). A mulher negra, para resgatar sua identidade, vem encontrando apoio em grupos organizados por mulheres negras que abrigam, dentro de um corpo, várias personalidades, historicamente marcadas, a partir de uma tradição primordial africana. Mulheres negras, heroínas, guerreiras; personalidades multifacetadas que se confundem e se completam a fim de fazer realçar o *glamour* e a nobreza do seu povo (EGYDIO & OLIVEIRA, 1999, p. 40).

A maioria dos relatos que mencionam a líder Zeferina retratam episódios em que esta guerreira enfrentou os soldados até o fim, armada com arco e flecha. O presidente da província, maior autoridade da época na Bahia, reconheceu nela capacidade de liderança, chamando-a de rainha (REIS, 1986, p. 75).

Na Bahia, a experiência de resistência de mulher afro-descendente tem mostrado a capacidade feminina de criar diversas estratégias a fim de burlar e resistir às exclusões sociais vigentes. Desde o período colonial, a história de resistência das mulheres negras tem permitido que elas usem diversas estratégias a fim de saírem da condição de vítima do sistema escravista, ocupando espaço organizado de resistência e poder. Esta experiência está evidenciada na luta de sobrevivência e resistência da comunidade dos quilombolas em Urubu, representada no ato guerreiro da líder Zeferina.

A líder Zeferina foi uma escrava e quilombola que, ao persistirem, seu ideal de liberdade, protagonizou a história de resistência quilombola dentro de uma especificidade de gênero em Urubu. Hoje, sobretudo as mulheres da Associação Quilombo Zeferina lutam por manter viva a memória de resistência dessa líder guerreira como meio de se apropriar de uma herança enquanto referencial de resistência na luta contra a exclusão social atual a partir do bairro de Pirajá, à beira do Parque São Bartolomeu – local de grande expressão da religiosidade negra e que acolheu o Quilombo do Urubu, liderado por Zeferina até 1826.

Devido à sua prática revolucionária, a favor do seu povo, sobretudo no levante de 17 de dezembro de 1826, através da tradição oral, ela recebeu conhecimento, desde criança, do sistema matrilinear de origem banto, presente na cultura tradicional africana. Essa tradição oral de resistência cultural serviu para salvaguardar um arcabouço que envolveu conhecimento histórico, mítico e místico de resistência de matriz do sistema matrilinear de Angola. Ainda mais, suspeita-se que o poder de Zeferina tenha vindo da herança de sua ancestralidade e que tenha sido uma das sacerdotisas do Candomblé que se localizou no centro desse quilombo.

Ancestralidade e poder

Por isto, é fácil imaginar que o exercício de poder de Zeferina enquanto líder do Quilombo do Urubu se deu dentro de uma relação dinâmica de estratégia, de partilha, de conflito, de democracia, de representação. Imagina-se também que esta prática de poder, a partir de sua luta por justiça e de ação representativa de si mesma e da comunidade, questionou as relações hierárquicas patriarcais colonialistas de poder, o exercício desse poder escravista

excludente, apresentando, a partir de ação alternativa em Urubu, forma de superação das mesmas.

Zeferina foi dotada de conhecimento histórico e de ancestralidade de origem africana. Ela exerceu um poder revolucionário enquanto líder no Quilombo do Urubu a favor de si e do seu povo escravizado, e este poder foi resultado de uma criativa reconstrução do conhecimento histórico, mítico e místico, sobretudo do sistema matrilinear de Angola, da tradição das guerreiras e quilombolas, indo da rainha Nzinga até as anônimas brasileiras, e este poder vem sendo dinamicamente recriado enquanto referencial de resistência pela atual comunidade local.

A maior parte do conhecimento de Zeferina era de raiz africana, originário da herança matrilinear de Angola, que se processou através da tradição oral, tendo sua mãe Amália como educadora responsável por perpetuar os conhecimentos de suas ancestrais, guerreiras, quilombolas². E é este poder, originário do saber de raiz, que esta líder herdou, ainda criança, que se encarnou na totalidade do seu ser, transformando-o em práxis libertária a favor do seu povo em Urubu.

Na África, sobretudo no período pré-colonial, havia dois sistemas determinantes na estrutura familiar dos povos banto e que foram adotados também pelos povos que vieram para Angola: o patrilinear e o matrilinear. No sistema matrilinear, a mulher estava associada à agricultura, ocupando um lugar de destaque na sociedade; era ela quem garantia a subsistência da família, estabilizando a economia do grupo (GOMES, 1992, p. 21-2). Onde quer que fosse possível a adoção desse sistema:

A parentela evidenciava-se pela sucessão de mulheres; a filiação era uterina e o filho passava para a

linhagem materna. Os bens eram herdados por herança materna. O marido deixava a sua aldeia de origem e passava a habitar na da mulher. Os filhos pertenciam à família materna e o verdadeiro pai é o tio materno uterino (irmão da mãe) que detinha a autoridade com o próprio progenitor. (ALTUNA, 1974, p. 106-7).

Na organização social matrilinear, a mulher detinha uma grande parcela de poder expresso na dimensão política, religiosa, educativa, assumindo função de protagonista histórica da tradição de sua família, seu clã, sua tribo. A organização social deste povo se estruturava na formação de aldeias onde residiam as famílias, os clãs e as tribos. A vida era simples. A solidariedade entre as pessoas era o traço mais comum. A comunidade é que dava o valor da vida social onde eram importantes os usos e costumes. A pessoa nascia, desenvolvia-se, realizava-se dentro deste grupo; ao mesmo tempo, era a comunidade que dava grandes lições de vida, desenvolvendo uma dimensão educativa. A solidariedade era tão forte a ponto de reforçar a fraternidade entre as pessoas e intensificar os laços de parentesco (HAMA & ZERBO, 1982, p. 65-67).

Através da tradição oral, Zeferina deve ter herdado o saber necessário que lhe conferiu poder expresso na organização dos quilombolas em Urubu e na luta de resistência, salvaguardando a herança de ancestralidade.

Zeferina e a religião africana

A Bahia herdou uma continuidade cultural e religiosa africana que foi dinamicamente reelaborada. Ali, a partir dos quilombos e dos terreiros, as mulheres negras tiveram significativas contribuições no processo de reconstrução da sociedade afro-baiana.

Portanto, não é difícil suspeitar que o poder que Zeferina expressou na luta de organização e nas táticas de resistência anti-escravista em Urubu tenha sido de ancestralidade, originário da tradição das Yami, da linhagem da princesa Ishedale e do orixá Iansã.

Portanto, assim como ser de Iansã é sentir-se muito respeitada, querida e apontada como símbolo de guerra, de transgressão, de justiça e de transposição de morte em prol da vida, Zeferina, líder quilombola, demonstrou em sua política de ação libertária em Urubu uma conduta ética que buscou expressar vários aspectos dos atributos desse orixá, enquanto líder carismática respeitada e querida, guerreira na luta de justiça a favor de seu povo oprimido e que, transgredindo as ordens do assassino colonizador, superou o medo da morte em ligação com a África.

No Quilombo do Urubu, Zeferina pertenceu ao Candomblé de Angola, atual Bate Folha. Por ter pertencido à religião dos orixás, Zeferina deve ter tido seu poder legitimado pelo seu passado de profunda e madura inserção nesse universo místico constituinte da cultura matrilinear africana. O que nos leva a suspeitar que, além de líder quilombola, tenha sido uma das lideranças espirituais do terreiro, que até hoje é símbolo de um lugar de resistência anti-escravista, e que sua sucessão, enquanto mãe-de-santo, tenha dado por processo de consangüinidade e/ou por ancestralidade (JOAQUIM, 2001, p. 129).

Zeferina foi marcada por uma atitude política contraditória e subversiva, nesse Quilombo, na luta contra o sistema escravista e em defesa de seu povo negro, por ocasião do levante em 1826, no subúrbio de Salvador. É fácil caracterizar a postura transgressora de Zeferina, defendendo a vida e a justiça, sempre associando-se à “personalidade”

de Iansã. Além dos Orixás Oxum, Oxumaré, Ossoxi, Ogum, Nana, espíritos de caboclos que eram (e ainda são) cultuados naquele lugar sagrado onde residia, o Quilombo e o Candomblé, conferindo significação simbólica e política àquela comunidade plural.

A resistência e a luta das mulheres contra a escravidão se eternizaram, resgatando uma forma de participação informal exercida, quase sempre, fora de esferas de poder e dos quadros políticos partidários, mas importante e eficiente. É neste contexto de escravidão e resistência que surge Zeferina enquanto líder quilombola e guerreira.

O poder de Zeferina

No contexto de escravidão baiana, o referencial do poder representativo de Zeferina é parte da luta pela sobrevivência e que se destacou na organização de estratégias em defesa do grupo de que participava em Urubu. Portanto, o verdadeiro poder de Zeferina achava-se na posse do grupo, e a existência de sua duração se mede pela coesa manutenção da comunidade negra da resistência. O poder representativo e relacional que ela exerceu foi diluído entre as demais lideranças e quilombolas. Ali, a coesão grupal estava assegurada pela solidariedade imposta em comum e pelo culto dos ancestrais.

A organização histórica política e sociocultural dessa comunidade plural se deu de forma democrática. E, neste caso, a líder Zeferina não exerceu um poder de cima para baixo, não liderou sozinha, mas, enquanto uma das representantes desse espaço de políticas contraditórias ao sistema escravista, organizou a luta de resistência anti-escravista em conjunto com os demais quilombolas.

O poder dessa líder guerreira possuía uma característica multifacetada que, dependendo da circunstância política e

dentro de uma estratégia, expressou atributos carismáticos e organizativos, sendo legitimado pela autoridade do conhecimento de raízes matrilineares africanas e da herança de ancestralidade. Foi um poder estratégico, relacional, imperativo, democrático, singular e plural. A partir do subúrbio baiano, na primeira metade do século XIX, essa caracterização de poder de herança, autorização e representação interna serviu para entusiasmar, organizar e capacitar a comunidade quilombola na luta de sobrevivência e de resistência anti-escravista colonial.

A autoridade do poder de Zeferina foi legitimada pela aprovação e unidade dos quilombolas em Urubu e serviu como instrumento facilitador do crescimento dessa comunidade de resistência da qual fazia parte, exercendo um modelo de liderança, sobretudo carismática, contando com a presença de alguns conflitos, sobretudo de influências externas. Seu estilo sociopolítico de atuação refletiu o modelo religioso do Candomblé de Caboclo, onde se experimentava a partilha de conhecimento, de saber de poder, de desejo de transgressão e superação da situação de exclusão social.

O poder de Zeferina possuía um dinamismo que passava pela estrutura organizacional do Terreiro, cuja finalidade era (é) desenvolver princípios que promovessem vontade de superar os limites do lugar social que constituiu o contexto de uma vida pessoal e político-social (SIQUEIRA, 1998, p. 426). Este poder se traduziu no bem-estar, buscando priorizar os direitos das pessoas idosas e das crianças, além de salvaguardar o modelo de família extensa e simbólica dessa comunidade mista de resistência anti-escravista em Urubu.

O poder de Zeferina pode ser visto como força social de resistência, que

buscou atuar no centro do sistema escravista enquanto elemento de transformação e reconstrução social. O poder dessa guerreira foi exercido de forma coesa, fora dos padrões sociais normais e se expressou em meio ao conflito. No exercício de um poder representativo em Urubu, Zeferina privilegiou a preservação da família extensa, a solidariedade entre os “parentes”, e seu governo foi exemplo de que a mulher assumiu função de liderança a partir de base cultural solidamente autônoma (MOURA, 1989, p. 36-7).

O poder de Zeferina tem feito parte da memória histórica de resistência da comunidade suburbana que tem permitido salvaguardar essa história de luta enquanto referencial guerreiro de resgate da auto-estima dessa população excluída, sobretudo economicamente. É nesta compreensão mítica de resistência negra que a heroína Zeferina “renasce das cinzas”, conferindo poder de memória subversiva a cada ato de protesto e luta de libertação no bairro do atual quilombo e localidades aos arredores.

O que legitimou tal poder foi o apelo ao passado de resistência, sobretudo das antepassadas e ancestrais, e a eficácia desse poder se expressou na luta por preservação da dignidade, traduzida na luta pelo direito de cidadania e de visibilidade da comunidade excluída ali. E, neste caso, o saber de resistência cultural de Zeferina foi também originário daí. Este saber se traduziu em poder de resistência que capacitou essa angolana para desenvolver uma práxis plural de poder e de respeito à alteridade. Neste sentido, a rainha Zeferina, através das formas organizativas de quilombo-terreiro buscou no relacionamento entre as diversas etnias de origem afro e brasileira o reencontro de uma

democracia de verdade com dimensões político-religiosas.

No processo de inserção e vivência na religião dos Orixás, Zeferina desenvolveu a plenitude de sua potencialidade, conquistando a confiança e o segredo inviolável que lhe atribuiu poder de pertencimento e de filiação ao sistema místico dessa tradição ancestral. A autoridade espiritual dessa possivelmente ialorixá transcendeu o âmbito dos quilombolas enquanto capacidade administrativa, político-social, humana e religiosa na primeira metade do século XIX, no subúrbio baiano.

A fonte do poder de Zeferina foi o conhecimento histórico, mítico e místico de resistência. No Quilombo do Urubu, este poder, resultante do saber e da sua capacidade, foi construído na luta de sobrevivência e organização deste espaço alternativo. Hoje, nos bairros do subúrbio baiano, sobretudo pela Associação Quilombo Zeferina, o poder dessa guerreira vem sendo reconstruído enquanto protagonista histórica de uma memória subversiva e perigosa de resistência afro-brasileira.

Conclusão

O poder de Zeferina se traduziu na luta de sobrevivência, organização e resistência no Quilombo do Urubu. A fundamentação desse poder passou pela herança de ancestralidade, pelo conhecimento de raiz da cultura matrilinear angolana, pelo profundo conhecimento histórico sobre a resistência da rainha Nzinga Mbandi e pela sua inserção na tradição de quilombolas guerreiras. Seu poder foi legitimado pelos quilombolas na luta de efetiva participação contra a escravidão colonial.

Hoje, assim como no passado, as práticas de exclusão social no subúrbio

ferroviário de Salvador atingem mais diretamente as mulheres negras e a localização de suas moradias. Mas são essas mulheres excluídas pela sua condição de gênero, pela sua raça, pela sua condição social, pela localização residencial, pelo seu baixo nível educacional, por prática de espiritualidade de origem africana que buscam reconstruir, em consonância com a participação dos homens, jovens e crianças, a história de resistência de seu povo, a partir do resgate criativo do poder e atuação da líder Zeferina, enquanto aquela que teve poder de desenvolver práticas de enfrentamento, resistência, transgressão e de superação alternativa do sistema escravista a partir de sua liderança no Quilombo do Urubu.

O ato de ritualização da luta nesse espaço de resistência permite que os remanescentes quilombolas mantenham acesa a memória histórica de resistência e o desejo de reconstruir suas histórias e identidades. Este exercício se dá a partir da rememoração do poder representativo de si mesma e da comunidade quilombola dessa extraordinária guerreira.

Ainda hoje, o poder dessa ancestral alimenta os sonhos de afros-descendentes, fazendo surgir, desde 1999, no mesmo chão onde negros/as experienciaram a dor, a luta, a morte, a liberdade, a *Associação Quilombo Zeferina*, exercendo atividades com mulheres, adolescentes e crianças – priorizando a valorização e a reconstrução da auto-estima da pessoa humana, buscando reintegrá-la no contexto social. O poder de Zeferina, além de ser um referencial de resistência aos moradores de Pirajá e arredores, é, anualmente, ritualizado enquanto memória subversiva de resistência, na *Caminhada do 20 de Novembro – Dia Nacional da Consciência Negra*, pela comunidade afro-brasileira do subúrbio

baiano. Invocar o poder de Zeferina significa a recuperação de uma memória subversiva em favor da luta dos remanescentes quilombolas, pois “essa mulher tem poder”.

Mas construir criativamente essa memória de resistência na perspectiva negra feminista significa “abrir caminhos por entre os silêncios e prejuízos da memória histórica para reapropriar-se do passado das mulheres que participaram como agentes históricos de transformação social, cultural/religiosa” (FIORENZA, 1996, p.110). Portanto, reconstruir o poder de Zeferina, enquanto resultado de um saber originário do processo de formação do conhecimento histórico, mítico, místico de resistência é propor que se celebre no local onde acolheu o Quilombo do Urubu, a cada 17 de dezembro – o dia da imortalidade de Zeferina – resgatando seu poder de memória subversiva na tradição de quilombolas guerreiras a partir de Angola, visto que nossa herança é nosso poder.

*Artigo aceito para apresentação no X
Simpósio Baiano de Pesquisadoras/es
“Gênero, Idades e Gerações” em
03/12/04*

Referências bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- ALTUNA, Raul. *Cultura Banto e cristianismo*. Luanda: Âncora, 1974.
- BARBOSA, Silvia Maria Silva. *O poder de Zeferina no Quilombo do Urub: uma reconstrução histórica político-social*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo – SP, 2003.
- EGYDIO, Silva; OLIVEIRA, Kiussam Regina de. Yabas: mulheres negras, deusas, heroínas e orixás: personalidade sem fronteiras. *Revista Cultural/Vozes*, Rio de Janeiro, n.7, p. 30-41, jul./ago. 1999.

- FIORENZA, Elisabeth Schüssler. *Pero Ella dijo*. Sagasta: Frotta, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- GEBARA, Ivone. *Poder e não poder das mulheres*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- GOMES, Eva das Dores Benedito Pedro. *O papel da mulher na sociedade e na Igreja de Angola: uma tentativa de recuperar suas memórias históricas*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Teologia, Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, São Bernardo do Campo, 1992.
- HAMA, Boubou; ZERBO, J.Ki. Lugar de história na sociedade africana. In: *História geral da África*. São Paulo: Ática, 1982.
- JOAQUIM, Maria Salete. *O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra*. Rio de Janeiro: Educ; São Paulo: Pallas, 2001.
- MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, 1989.
- OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades de africanos no século XIX. In: Dossiê Povo Negro: 500 anos. *Revista da USP*, São Paulo, n. 28, dez. 95/fev. 96, p. 174-193.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SERRANO, Carlos M. H. Ginga, a Rainha Quilombola de Matamba e Angola. In: Dossiê Povo Negro: 300 anos. *Revista da USP*, n. 1, mar./maio. 1989.
- SIQUEIRA, Maria de Lourdes. *Agô Agô Lonan: mitos, ritos e organização em terreiros de Candomblé da Bahia*. Belo Horizonte: Mazza, 1998.

Notas

- 1 Bacharel em Teologia, Licenciada em Filosofia (UMESP). Especialista em Teologia e História Latino-americana (IEPG/EST). Mestre em Ciências da Religião (UMESP). Aluna do Doutorado em História Social (UFBA). Professora de Filosofia e Teologia. E-mail: silrefigare@hotmail.com
- 2 Sobre processo de formação oriundo da tradição oral africana vide Roger BASTIDE, *As Américas Negras*, 1974, p. 34 ss.

Aconteceu...

Participação do Grupo Identidade

- ➔ Fórum da Juventude: “A Juventude e a Nova Cidade – Rumo ao Fórum Social Mundial:
16/01/2005 – Oficina: Juventude e as Ações Afirmativas (Etnia).
- ➔ No Fórum Social Mundial/2005:
29/01/2005 – Oficina: Bíblia e Negritude Grupo Identidade/EST e CEBI.
Apoio: NIGERIA/Feevale e COPAA/NH

Está acontecendo...

Etapas finais do

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES/AS PARA PASTORAL AFRO (**PROFAMPA** – 2004/2005).

“O Programa de Formação de Agentes Multiplicadores/as para Pastoral Afro (PROFAMPA), tem por objetivo capacitar pessoas que despertam para a realidade negra nas comunidades, disponibilizando-lhes um conteúdo sistemático que permita uma ação eficaz junto às mesmas comunidades”.

I MÓDULO: *Análise de Conjuntura Afro, História da África e Práticas celebrativas (30 e 31 de outubro de 2004).*

LOCAL: Centro de Espiritualidade Pe. Arturo - CEPA - São Leopoldo/RS

II MÓDULO: *Identidade Afro-brasileira e Bíblia (05 e 06 de março de 2005).*

III MÓDULO: *Comunidade Negra e Diálogo Afro-inter-religioso (04 e 05 de junho/2005).*

IV MÓDULO: *Comunidade Negra: Igrejas e Políticas de Ação Afirmativas (10 e 11 de setembro/2005).*

Seminário sobre Bíblia e Negritude: Leitura da Bíblia na perspectiva da Negritude – 17 a 21 de agosto de 2005 em Guarulhos/SP.

Promoção: CEBI, Grupo Atabaque e Grupo Identidade.

Participação do Grupo Identidade

- ➔ Nas reuniões do CMI/2006 – GT Afro-descendentes.
- ➔ Reuniões mensais no Fórum de Entidades Negras da Região Vale do Sinos promovido pelo Comitê Pró-Ações Afirmativas – COPAA/NH.